

## **Ata da reunião do Conselho Municipal de Saúde realizada aos vinte e oito dias do mês de julho de dois mil e quatro**

Estiveram presentes: Dr. Adilson R. Campos, representante da Secretaria de Saúde; Sr. Afonso Basílio Jr., representante dos trabalhadores de saúde do serviço público municipal; Sra. Denilza Ap. Silva, representante do Movimento Sindical; Sra. Edna Franco de Sousa, representante dos trabalhadores de saúde do serviço público municipal; Dr. Fernando A.B. Carvalho, representante dos hospitais filantrópicos; Sr. Gustavo M. Frias, representante do Movimento Sindical; Sra. Izabel P. de Oliveira, representante dos Conselhos Locais de Saúde da Região Noroeste; Sra. Jenice Pizão, representante do Movimento Sindical; Sr. João Olímpio S. Ferreira, representante dos Conselhos Locais de Saúde da Região Sudeste; Sr. João Xavier, representante do Movimento Popular de Saúde; Sr. José Araújo Silva Filho, representante do Movimento Popular de Saúde; Sr. José Luiz Zétula, representante do Movimento Sindical; Sr. Luiz Antonio de Oliveira, representante dos Conselhos Locais de Saúde da Região Sul; Dra. Maria do Carmo Carpentiero, Secretária Municipal de Saúde e Presidente do Conselho; Sra. Maria Izabel N. Marques, representante dos conselhos de classe; Sr. Nélio J. Carvalho, representante dos prestadores de serviços não hospitalares; Dr. Orestes Mazzariol Jr., representante dos hospitais não filantrópicos; Sr. Renato Souza Santos, representante das associações de aposentados; Sra. Rosalina de Souza, representante dos trabalhadores de saúde do serviço privado; Dra. Tereza de J. Martins, representante dos serviços de saúde municipais; Sr. Waldomiro Aprile Jr., representante do Movimento Popular de Saúde; Sr. Norton Martarello, representante suplente do Hospital Mário Gatti; Dr. Paulo Vicente B. de Almeida, representante suplente dos serviços de saúde municipais; Sra. Eleni Guatura, substituindo na ocasião a Sra. Sílvia S.T. Nicolau, secretária do Conselho; funcionários da Secretaria de Saúde. Justificaram ausência: Dr. Adail Rollo, representante do Hospital Mário Gatti; Sr. Edilson Baqueiro, representante dos serviços de saúde da PUCAMP; Dr. Ivan F.C. Toro, representante dos serviços de saúde da UNICAMP; Sr. João Paulo Ribeiro, representante do Movimento Sindical; Sr. Luverci Rocha, representante dos Conselhos Locais de Saúde da Região Leste; Dra. Nadja M.M. Abdalla, representante da Diretoria Regional de Saúde; Sr. Reginaldo Paiva, representante do Movimento Sindical. Faltaram: Dr. Antonio César De Cillo, representante da PUCAMP; Sra. Débora K. Haddad, representante das associações de portadores de deficiência e/ou patologias; Dr. Idival Fantinato, representante das entidades de classe; Sr. José Augusto de Melo, representante dos Conselhos Locais de Saúde da Região Norte; Dr. Paulo Eduardo M.R. da Silva, representante da UNICAMP; Sra. Shirley Garcia, representante das entidades patronais.

A pauta da reunião constava dos seguintes itens: 1) Aprovação das atas das reuniões de 23.06.04 e extraordinária de 30.06.04; 2) Correspondência recebida; 3) Litotripsia; 4) Termo de Ajuste de Metas da Vigilância Sanitária; 5) Projeto de Combate à Violência; 6) Informes – Decreto sobre Prêmio Paidéia.

Sr. Zétula iniciou a reunião colocando em votação as atas das reuniões de 23.06.04 e extraordinária de 30.06.04 que foram aprovadas por unanimidade. Sra. Eleni comunicou recebimento de ofício encaminhado pelo Centro de Educação dos Trabalhadores da Saúde informando que, na 2ª semana de agosto, a rede municipal de saúde estaria recebendo a visita de 45 estudantes da área da saúde, participantes do projeto VERSUS. Antes de dar início à pauta propriamente dita, Dr. Orestes apresentou questão de ordem, solicitando que o Conselho analisasse a proposta de convênio para litotripsia com o Hospital Albert Sabin, esclarecendo que a mesma não havia sido discutida na reunião da Secretaria Executiva porque o hospital não havia apresentado o alvará sanitário para realização daquele procedimento, o que havia sido feito aquela tarde. Dr. Adilson iniciou sua apresentação esclarecendo aos conselheiros o que significava litotripsia, procedimento esse que até aquele momento não era realizado em Campinas para os pacientes do SUS, pacientes esses que tinham que ser encaminhados a Bragança Paulista e Amparo. Como, em 2003, a Maternidade de Campinas, a Beneficência Portuguesa e o Hospital Albert Sabin haviam manifestado interesse na realização do procedimento, a Secretaria de Saúde solicitou remanejamento de teto financeiro junto à Secretaria de Estado da Saúde. Esclareceu que o documento encaminhado aos conselheiros, devido às questões colocadas pelo Dr. Orestes anteriormente, era referente à divisão dos recursos entre a Maternidade e a Beneficência Portuguesa, razão pela qual estava sendo entregue, naquele momento, outro documento contemplando a inclusão do Hospital Albert Sabin, documento esse que se encontra também arquivado na Secretaria Executiva. Esclareceu também que com o estabelecimento da PPT tanto o número de procedimentos quanto o volume de recursos deverão ser reajustados. Dra. Maria do Carmo colocou que o que estava em votação era a autorização do Conselho para que a Secretaria utilizasse o recurso, anteriormente destinado a Bragança e Amparo, para realização de convênios para litotripsia com aqueles parceiros, esclarecendo que isso não significaria maior gasto para Campinas. Como não houve solicitação de esclarecimentos por parte dos conselheiros, Sr. Zétula colocou a proposta em votação, tendo sido a mesma aprovada por unanimidade. O próximo ponto da pauta era o Termo de Ajuste de Metas da Vigilância Sanitária, apresentado pelo Dr. Vicente, coordenador da Vigilância Sanitária, conforme documento encaminhado anteriormente aos conselheiros e que se encontra arquivado na Secretaria Executiva. Esclareceu que por força de portaria da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, que estabelece novas normas de pactuação entre as três esferas de governo na execução das ações de média e alta complexidade na área de vigilância sanitária, bem como de deliberação da Comissão Intergestores Bipartite do Estado de São Paulo que estabelece os critérios para a repactuação dos municípios já habitados, havia a necessidade de que Campinas firmasse o seu Termo de Ajuste de Metas. Explicou tratar-se de instrumento nacional para monitoramento e avaliação das ações de Vigilância Sanitária que serve de base para negociação de metas, com vistas às inspeções realizadas, valorizando as questões de risco à saúde, calculado a partir do número de estabelecimentos inspecionados no ano anterior e "pactuando-se" com a Secretaria Estadual e com ANVISA o número de inspeções a serem realizadas durante o ano. Apresentou planilha contendo os principais indicadores que serão pactuados, tanto de baixa quanto de média e alta complexidade. O repasse financeiro é realizado fundo a fundo, no valor de R\$ 0,22 por habitante. Para Campinas o repasse será de R\$ 18.460,16 por mês ou R\$ 221.522,00 por ano. Esclareceu que em Campinas os 5 Distritos de Saúde já realizam a vigilância aos serviços de baixa, média e alta complexidade, trabalho esse que consiste em verificar as condições do estabelecimento, processo de trabalho, saúde do trabalhador e sua relação com o meio ambiente. Informou que nos estabelecimentos de baixa complexidade é realizada uma inspeção por ano, nos de média complexidade duas e nos de alta complexidade três. Sr. Afonso elogiou o trabalho de inspeção das unidades de saúde que vem sendo realizado pela vigilância, mas questionou o fato desse item não aparecer na planilha apresentada, ao que o Dr. Vicente esclareceu que as unidades estão contempladas no cômputo geral do município. Não havendo mais nenhuma solicitação de esclarecimento, Sr. Zétula colocou o Termo de Ajuste de Metas da Vigilância Sanitária em votação, tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade. Em seguida, convidou a Sra. Andréa, coordenadora do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador para falar sobre o trabalho desenvolvido por aquela unidade e sobre a Rede Nacional de Saúde do Trabalhador. Sra. Andréa apresentou histórico do serviço, conforme documento encaminhado anteriormente aos conselheiros, enfatizando a participação dos usuários. Colocou que o serviço atua nas áreas de assistência, vigilância e educação em saúde do trabalhador, atendendo trabalhadores de Campinas e região. Colocou ainda que, em 2002, o Ministério da Saúde publicou portaria que cria a Rede Nacional de Atenção em Saúde do Trabalhador (RENAST), incentivando a construção de Centros de Referência em Saúde do Trabalhador Regionais e Estaduais. Os municípios da área de abrangência do Centro de Referência de Campinas são: Americana, Artur Nogueira, Cosmópolis, Holambra, Hortolândia, Jaguariúna, Paulínia, Santa Bárbara D'Oeste, Santo Antonio de Posse, Sumaré e Valinhos. Explicou aos conselheiros como se dá o funcionamento da RENAST e quais são as responsabilidades dos Centros de Referência. Enfatizou a importância da participação dos usuários nos conselhos gestores e conselhos locais de saúde para o fortalecimento do controle social. Informou que a portaria determina o repasse de recursos para os Centros de Referência, sendo que Campinas vem recebendo R\$ 20 mil mensais desde julho de 2003. Sr. Paulino, membro do conselho gestor do CRST, reforçou a importância do serviço, pois, apesar de grande parte dos trabalhadores possuir planos de saúde, os mesmos não dão atendimento adequado às questões relativas a doenças ocupacionais. Sr. Afonso considerou que a capacitação não deve ser restrita aos profissionais diretamente ligados à área de Saúde do Trabalhador. Sra. Denilza ponderou que é muito importante que o Conselho conheça o trabalho desenvolvido pelo CRST, serviço que é reconhecido nacionalmente. Dr. Adilson lembrou que o CRST nasceu da luta dos trabalhadores e que Campinas foi pioneira nessa área. Lembrou ainda que o município vem investindo desde 1987, por ocasião da criação do Ambulatório de Saúde do Trabalhador, apesar de naquela época não haver recursos federais para tal. Sr. Zétula posicionou-se no sentido de que seria necessário que as empresas voltassem a reconhecer as doenças ocupacionais de seus trabalhadores, assumindo os custos dos tratamentos, pois há algum tempo isso vem sendo feito pelo SUS. Sr. Gustavo colocou que, apesar de ter aumentado o investimento em saúde nos últimos anos, a área de Saúde do Trabalhador ainda carece de recursos, solicitando esclarecimentos a respeito da aplicação da verba repassada pela RENAST. Participaram da discussão também o Sr. Marco, do Sindicato de Processamento de Dados, e a Dra. Vera, médica do CRST. Dra. Maria do Carmo esclareceu que todo recurso oriundo de projetos específicos não vem para o serviço, mas é depositado no Fundo Municipal de Saúde e utilizado no custeio da Secretaria como um todo. Colocou que foi solicitado ao CRST e ao seu conselho gestor que apresentassem um plano de utilização dos recursos, o que vem sendo discutido e que a Secretaria vem empenhando para que este plano seja executado. Sra. Andréa reforçou a expectativa de que haja maior investimento na área de Saúde do Trabalhador, para que seja possível dar conta de toda a demanda e atribuições de um Centro de Referência Regional. Terminado esse ponto, Sr. Zétula passou a palavra a Dra. Maria do Carmo para a apresentação do Projeto de Combate à Violência. Dra. Maria do Carmo solicitou ao Conselho a retirada desse ponto da pauta, pois a pessoa responsável não tinha podido comparecer para prestar esclarecimentos sobre o projeto. Propôs a realização de reunião extraordinária no dia 09.08.04, para sua discussão e também do projeto de implantação da Farmácia Popular, o que foi acatado pelos presentes. Por último, passou-se à seção de informes. O primeiro informe foi com relação ao Decreto sobre o Prêmio Paidéia. Dra. Maria do Carmo lembrou aos conselheiros que na reunião anterior, quando foi apresentada a proposta de alteração do Decreto, foi enfatizado que estava sendo realizado um estudo de viabilidade financeira para sua aplicação e que no documento encaminhado aos conselheiros constavam 3 cenários possíveis, quais sejam: a) Inclusão de todos os serviços que não recebiam ICV comparando-os ao menor valor – ICV 4; b) Proposta A para a maioria com destaque para alguns serviços que seriam equiparados ao ICV 3; c) Proposta B acrescida de alguma correção para todos que já recebem. Simultaneamente a isso, começaram a chegar os recursos referentes aos diversos projetos encaminhados ao Ministério da Saúde após aprovação pelo Conselho, projetos esses que pressupunham contrapartida municipal, sendo que parte não havia sido prevista no orçamento para esse ano. Assim, partindo da premissa de que o Conselho havia aprovado a extensão do pagamento do prêmio para todos, mas sem aumento do gasto, e a necessidade da contrapartida aos projetos, o Decreto foi feito incluindo todos os serviços no mesmo ICV e não destacando alguns como o Conselho havia autorizado. Esclareceu que, na visão da Secretaria, não houve desrespeito ao Conselho e sim uma impossibilidade financeira de cumprir com a proposta apresentada. Houve dois posicionamentos sobre este ponto, uma funcionária do CRST e um conselheiro do colegiado daquele serviço, ambos discordando da decisão tomada pela Secretaria. Sra. Rosalina convidou aos conselheiros para debate com os candidatos a prefeito, organizado pelo Sindicato da Saúde, no dia 18.08, às 19 horas, na sede social do Sindicato, com o tema "Política de Saúde e o olhar para o futuro". Sra. Eleni informou que os alunos participantes do VERSUS estarão participando da reunião do Conselho de 25.08. Convidou a todos para palestra sobre Câncer Ocular e Retinoblastoma, a realizar-se no 02.08, às 18 horas, na 1ª seção da Câmara Municipal. Sr. Renato informou o andamento dos trabalhos da comissão que está organizando a visita dos alunos do VERSUS. Nada mais a ser tratado, encerro a presente ata, a qual assino com os demais presentes.

**retorna a relação de atas do CMS**

